

Mário Pinto

e o papel dos sindicatos na revisão do Código do Trabalho

“Rejeitar a flexisegurança é irracional”¹

Frontal, o professor universitário considera que os sindicatos têm tido, na sua maioria, um papel autista na revisão do Código do Trabalho e procura situar o pensamento do Padre Abel Varzim em relação a esta questão

Entrevista: Paulo Aido

Por que está a haver tanta polémica em relação a esta revisão do Código do Trabalho?

Não me admiro. Nas sociedades europeias, este contraste é muito vivo. Os sindicatos não querem flexibilizar as leis do trabalho e, portanto, resistem. Isto é tradicional.

Dir-se-ia que os sindicatos têm uma atitude conservadora?

Eu acho que sim. Acho isso muito claro entre nós, com os sindicatos. Não têm uma ideia, uma proposta que seja, digamos, nova, adaptada aos novos tempos. Mantêm-se, aparentemente, defendendo exactamente a mesma coisa que há dez, vinte, trinta anos...

¹ In Revista «TRANSFORMAR» n.º 38, Julho/Setembro 2008

O mundo vai evoluindo mas a concepção política mantém-se na mesma...

Sim, por exemplo, a rejeição, aparentemente sem matizes, da flexisegurança é irracional. Para que a economia portuguesa possa ter alguma competitividade ou aumentá-la – como devia ser, porque não está próspera – era preciso fazer alguma coisa. E eu não vejo os sindicatos preocupados com isso, de um modo progressista e internacionalista; se pudessem, evitavam a competição dos países pobres, impedindo-lhes a concorrência internacional, sob pretexto de que lá não há direitos sociais. Como poderia haver, se têm ainda miséria generalizada? Sempre que uma empresa fecha, fazem uma crítica como se a culpa fosse política; mas a decisão é empresarial, de mercado – e tantas vezes nem é nacional, mas sim internacional. Deviam interrogar-se por que razão tantas empresas fecham portas, em Portugal. Deviam interrogar-se sobre o que, do ponto de vista do mercado de trabalho na globalização, também eles podem oferecer. Os sindicatos não querem que haja um mercado de trabalho, querem um monopólio do trabalho: uma regulação estatutária do trabalho, com contratos colectivos com igualdade de regime para todos, com carreiras relativamente estabelecidas com uma certa rigidez...

...em que parte das carreiras são estabelecidas num pressuposto burocrático e não no mérito...

...e não no mérito! Ora bem. Eu compreendo que este regime não estava muito mal, digamos, em 1970. Nos últimos anos da década de sessenta eu defendia essas soluções. Na altura, a economia estava próspera, estava a crescer, e o problema que se colocava era o da melhor repartição da riqueza. Os sindicatos não tinham necessidade nenhuma de se preocupar com a economia porque ela estava a crescer.

Mas esse não é o cenário dos dias de hoje.

Hoje, de facto, coloca-se um novo problema. Ou seja, hoje em dia, os sindicatos também têm de responder perante a questão da economia. Não podem dizer que essa questão não é com eles.

Como pano de fundo desta questão está, de certa forma, a constatação de que o trabalhador português produz menos do que o congénere europeu. É assim?

Em média, produz menos. É evidente que os sindicatos podem dizer que isso não é exclusivamente da responsabilidade de cada trabalhador. É verdade. Mas é também da

responsabilidade do trabalhador e dos sindicatos. Porque se eles querem ser participantes na vida da empresa, não podem, simultaneamente, dizer que não têm nada a ver com o mercado, porque os empresários decidem no mercado. O problema do mercado também é dos sindicatos. É um paradoxo na modernidade europeia que em Portugal os salários sejam mais baixos e a produtividade do trabalho seja também mais baixa; e que, ao mesmo tempo, tanto os trabalhadores como os empresários sejam competitivos quando trabalham no estrangeiro. É só raciocinar para se ver onde está o problema.

Falou na flexissegurança. Acha que esta é a questão chave da revisão do código do trabalho?

Em minha opinião, a revisão do código do trabalho devia colocar-se inteiramente na perspectiva da flexissegurança.

Essa é a questão chave?

É o ponto chave. A questão é que nós, para desenvolvermos a economia, precisamos de mais flexibilidade do mercado de trabalho. Este mercado rigidificou-se. É lá possível aceitar que as convenções colectivas de trabalho, celebradas há trinta ou trinta e cinco anos, tenham que continuar em vigor inteiramente – porque só podem ser alteradas por acordo, e como os sindicatos não o aceitam, não podem ser alteradas! É mais fácil modificar uma lei do que um contrato colectivo de trabalho! Pode ser assim? Não pode! Nos dias de hoje, os sindicatos têm de aceitar que as convenções colectivas de trabalho não podem ficar eternamente em vigor dependentes da sua vontade.

Como é que vê tudo isto então?

Eu tenho muita pena, porque sou um homem que sempre estive do lado dos sindicatos; mas agora vejo-me em consciência a ter que lhes fazer uma crítica.

Que se deve fazer, em sua opinião, caso a posição dos sindicatos, leia-se da CGTP, se mantiver intransigente?

O problema da revisão do código é do Parlamento. Alguma coisa tem de ser feita ao nível da política legislativa. Eu acho que este Ministro é um homem indiscutivelmente de esquerda, que não pode ser suspeito de ser anti sindicalista. Isso seria uma injustiça. Ele tem, a meu ver, conduzido este processo com lentidão, dando oportunidade de diálogo, mas é evidente

que a CGTP não quer fazer acordo nenhum – a UGT já estabeleceu uma certa concordância. A CGTP quer manter o conflito e quer ver se reduz a revisão do Código ao mínimo, em termos meramente táticos.

Há, pois, um braço de ferro político entre Governo e Intersindical?

A posição da Intersindical é conservadora. Ela opôs-se ao Código Bagão Félix, e agora gostaria que não se mexesse neste código ou, caso se mexesse, fosse para andar para trás. Isso é impossível.

Ou seja, em sua opinião, a CGTP tem uma posição autista que é contra os trabalhadores e contra a economia?

Eu acho que sim. Evidentemente, os trabalhadores que têm contratos por tempo indeterminado em empresas que se mantêm são beneficiados com o conservadorismo, mas esses são cada vez menos. Os próprios funcionários públicos, depois da reforma administrativa, tenderão a ser cada vez menos em relação aos restantes. E não é justo que haja uma segmentação do mercado do trabalho em dois blocos: o dos que estão muito protegidos e o dos que nem têm emprego ou só têm emprego em termos exageradamente precários. Embora a precariedade do trabalho seja da natureza das coisas; os postos de trabalho não têm uma estabilidade eterna e absoluta, têm uma estabilidade relativa. O que deve ter estabilidade absoluta é a segurança social do cidadão.

A revisão do código do trabalho pode diminuir a precariedade do trabalho?

Eu não sei, por que não sei qual vai ser o resultado final da revisão. Tenho, porém a impressão de que, se se tirasse das costas dos empresários a situação irremovível dos trabalhadores contratados por tempo indeterminado, eles tinham maior possibilidade prática de contratar porque também tinham maior possibilidade de despedir. Se não puderem despedir é evidente que também não quererão contratar. O contrato de trabalho por tempo indeterminado não admite divórcio, a não ser litigioso, por justíssima causa — que estatisticamente é apenas 1% das cessações de contratos de trabalho, o que diz tudo. Ao facilitar-se o despedimento, estará a facilitar-se a contratação legal.

Esse é, para si, o centro da questão?

Sim: o despedimento liberalizado com segurança social no desemprego e formação profissional inicial e ao longo da vida. Absolutamente. No mercado globalizado, hoje, e amanhã ainda mais, o maior problema do trabalhador é não ter formação profissional e não ter um bom sistema de segurança social.

Que não existe...

Existe, mas pode ser melhorado. E para ser melhorado é preciso que a economia cresça, que haja mais riqueza. Mas para este crescimento é preciso competição. Eu acho que o modelo da Dinamarca funciona bem. Por que é que não havemos de o aceitar? Sobre três pilares: boa formação profissional inicial e ao longo da vida; facilidade no despedir; boa garantia social e no desemprego. Sobre estas bases, pode estabelecer-se um bom mercado social de trabalho, com justiça e segurança para todos os trabalhadores e com capacidade de competição na globalização. Sem esta base, não é possível competir no mundo global; e Portugal não terá prosperidade nem paz. Continuaremos na cauda, e cada vez pior, à medida que crescem outras economias que partiram muito mais de trás.

Sim, mas como concretizar isso? Estamos muito longe da Dinamarca...

Estas coisas fazem-se gradualmente. É preciso um primeiro passo. Só que a Intersindical não aceita nenhum primeiro passo. Não aceitou, por exemplo, o despedimento por inadaptação. Ora, uma empresa não pode manter os postos de trabalho sem alterações tecnológicas e de organização. Há, por exemplo, as novas tecnologias que têm de ser introduzidas. Fatalmente, para se manter competitiva, uma empresa tem de mudar a sua estrutura produtiva; mas se o trabalhador não se adapta, o que é que faz o empregador? Se não o pode despedir por inadaptação, então o que é que pode fazer? Fica-lhe a pagar e o trabalhador não faz nada? Mesmo que seja uma pequena ou uma média empresa? O progressismo sindical tem de estar na perspectiva da transformação do sistema para melhores soluções organizativas, sociais e económicas; e não haverá progresso social sem progresso económico.

Mas a CGTP tem apelado à mobilização dos trabalhadores e temos visto das maiores manifestações de sempre desde o 25 de Abril. De certa forma, o que a Intersindical defende é aquilo que os trabalhadores desejam...

Ouçá, os trabalhadores que estão empregados, o seu maior interesse imediato é naturalmente o de terem a maior garantia possível de estabilidade. Se os convencerem de que isso é possível e de que se pode manter essa situação, se os sindicatos os convencerem disso, é claro que estarão de acordo. Mas a liderança dos sindicatos também tem de ser pedagógica e doutrinária. Não pode haver uma defesa cega de interesses imediatos apenas de estabilidade inflexível. Vejamos um bom exemplo. O sucesso da Autoeuropa, conduzido pela Comissão de trabalhadores, não é devido à flexibilidade? Veja o caso da Opel da Azambuja. Aqui, o processo foi conduzido pelos sindicatos e não pela comissão de trabalhadores. Os sindicatos tiveram uma posição rígida. A Opel fechou. Na Autoeuropa os sindicatos não mandam. Quem manda é a Comissão de Trabalhadores e os trabalhadores perceberam muito bem a situação, isto é, que têm de competir no mercado internacional. Os trabalhadores sabem que estão em concorrência com os trabalhadores da Alemanha e de outros países; adaptam-se e vão gerindo essa concorrência. Na Opel não quiseram saber disso e a fábrica fechou. Eu pergunto se os trabalhadores da Opel da Azambuja não deveriam pedir satisfações aos sindicatos... É melhor como estão, ou seria preferível uma solução que permitisse a manutenção da fábrica? Acho esta uma triste cena, gravíssima.

Conhece o pensamento do padre Abel Varzim?

Sem dúvida; é o pensamento da doutrina social da Igreja Católica. Que, entre nós, foi domesticado (entre aspas) pelo corporativismo do Estado Novo. O Padre Abel Varzim conheceu o pensamento e a prática das democracias cristãs do centro da Europa, mais avançadas do que Portugal. Apesar de uma geração mais novo, ainda vivi esse tempo e identificava-me com esse pensamento, que depois se desenvolveu sobretudo com as Encíclicas sociais de Paulo VI e João XXIII. Além dos seus livros e da sua pastoral, o Padre Abel Varzim deixou também uma presença viva no Instituto de Serviço Social, pioneira criação da Igreja, onde fui professor, primeiro no Porto e depois em Lisboa. Ele desejava um progresso mais rápido para formas mais avançadas de democracia política e de solidariedade social; porque, como dizia há pouco, então as estruturas produtivas – que estavam a progredir – permitiam uma mais justa redistribuição da riqueza. Que era injusta. E havia, de facto, uma desprotecção dos trabalhadores em termos relativamente clamorosos. Lembro-me

de que, em conversas com D. António Ferreira Gomes, o caso do padre Abel Varzim ser constantemente recordado como exemplo paradigmático da situação dos católicos sociais em Portugal.

Como julga que o padre Abel Varzim ajuizaria hoje esta questão da revisão do Código do Trabalho?

Eu acho que ele se manteria coerente nas mesmas posições doutrinárias. Mas, aplicando o seu pensamento – extraordinariamente culto, desde logo na questão filosófica subjacente –, diria provavelmente aos trabalhadores que, sem prejuízo da segurança social, eles deveriam aceitar mudar as estruturas competitivas do mercado de trabalho nacional de forma a abrir a competição aos trabalhadores marginalizados, quer internos quer dos países mais pobres e atrasados, que necessitam de entrar no mercado global para se desenvolverem. A questão hoje não é corporativa, é mundial: é saber se os sindicatos nacionais dos países mais protegidos aceitam que os trabalhadores possam competir internacionalmente entre si, apoiando as reivindicações dos trabalhadores dos países mais pobres e atrasados. E aceitando que o trabalhador com mérito seja reconhecido. Em vez de quererem que os trabalhadores sejam tratados em blocos de não competição entre si. Os sindicatos dos países ricos, que têm uma história de internacionalismo, deveriam lutar pelos mínimos mundiais obrigatórios de trabalho e de segurança social, no mercado global, em troca da liberalização dos mercados de trabalho europeus e da perda da segurança e estabilidade tradicionais das suas carreiras profissionais.

Em carreiras burocráticas, não é?

Carreiras que entre nós têm defendido até aqui como o mais possível burocráticas. Ora isso hoje não é possível. Tem que continuar a haver protecção: tem que haver salários mínimos, tem que haver o impedimento do despedimento por razões injustificadas, mas isso não quer dizer que o trabalhador possa estar de tal maneira protegido que seja uma espécie de proprietário do posto de trabalho. Temos aliás o exemplo que vem lá de fora, mesmo na Europa. Por exemplo, os portugueses vão trabalhar para a Suíça, onde o despedimento é mais fácil; mas assim mesmo gostam de ir para lá. Preferem a Suíça. Porquê? Porque ganham mais: o despedimento é mais fácil, mas ganham mais e têm bom tratamento, boa segurança social. Em regra, salvo os casos de abuso que devem ser punidos, eles só serão despedidos se foram maus trabalhadores, se não cumprirem as suas funções; até porque

racionalmente os empresários, quando investem num trabalhador, não é para logo o deitarem fora, sem razão. Em Portugal, os trabalhadores portugueses têm muita protecção e pouco salário. Devia ser ao contrário: um pouco menos de rigidez e bastante mais salário. Como na comparação da Autoeuropa com a Opel da Azambuja. O trabalhador não pode ser um burocrata: também tem de competir.

Acha que o padre Abel Varzim sentir-se-ia hoje desgostado em relação ao papel dos sindicatos?

Não posso dizer o que ele diria. E tenho muita estima e apreço pela sua memória. Como já disse, tanto quanto conheço, o pensamento do padre Abel Varzim é o da Doutrina Social da Igreja. E esta não defende um garantismo extremo. Pelo contrário, defende que os trabalhadores devem ser generosos, esforçados, e terem mérito no mercado de trabalho. Ora, entre nós há mercado de trabalho no momento da admissão: aí, nesse momento, o empregador privado pode escolher o trabalhador. Mas depois, o espírito da protecção jurídica laboral é que nunca mais possa escolher mais nada, e apenas respeite o estatuto laboral do contrato colectivo, que os sindicatos desejam o mais rígido possível. Este sistema não está a colocar-nos em boa posição competitiva, no mercado laboral e empresarial. Por isso já temos um número excessivo de desempregados e de empregados em regime de prestação de serviços e de contratos a curto prazo, que são vítimas, como efeito perverso, não só mas também, do excesso de garantismo.

E a questão da abolição dos recibos verdes, não é positiva?

O abuso dos recibos verdes é um efeito perverso. Devia eliminar-se a causa e não o efeito. E é uma ilusão julgar que as leis resolvem tudo. É uma ilusão porque, enquanto houver estímulo provocado pela excessiva rigidez, sempre vai haver outras soluções perversas; e até pode dar origem ao aumento de formas de trabalho negro, de trabalho clandestino, piores do que a do recibo verde. O grande problema de Portugal, a razão por que os trabalhadores são mal pagos, é a baixa produtividade da nossa economia — não apenas do trabalho — que também tem que ver com a rigidez do nosso regime laboral.

Em síntese, portanto, que diria?

Penso que nós precisamos de reformar o nosso Código Laboral. Em que direcção?

Na direcção da flexisegurança. Ou seja, flexibilizar o regime do trabalho e aumentar a segurança social dos trabalhadores e a sua formação profissional. Ninguém, hoje em dia, pode ter garantido um trabalho estável para a vida toda. Isto vale não só para os trabalhadores mais humildes, mas para todos os trabalhadores, inclusive da função pública. Então faz algum sentido, por exemplo, nós termos tido, durante anos e anos, milhares de professores com horário zero? Há que defender a possível estabilidade racional dos postos de trabalho; mas, numa economia social de hoje, em democracia, ninguém pode ser proprietário inextinguível do seu posto de trabalho, que só perde a propriedade com a extinção do seu objecto. Este é que é o verdadeiro socialismo do trabalho para todos. O futuro está na maior exigência da flexibilidade competitiva: dos empresários e dos trabalhadores. Sem excepção.

Quem é o Professor Mário Fernando Pinto?

Jurista e professor universitário jubilado, investigou e ensinou especialmente sobre o direito do trabalho, o sindicalismo, a ciência política e a Doutrina Social da Igreja.

Fundador da Sedes, foi deputado à Assembleia Constituinte e na primeira legislatura da Assembleia da República; e, mais recentemente, Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores.

Foi o primeiro Presidente da Comissão Nacional Justiça e Paz e também o primeiro Presidente do Conselho Nacional de Educação.

Autor de numerosa bibliografia em Direito do Trabalho, sindicalismo, questões sociais e de educação, no País e no estrangeiro, é membro de eminentes academias e associações científicas, nacionais e estrangeiras.

“Rejeitar a flexisegurança é irracional”

Mário Pinto

Numa altura em que o Código do Trabalho está na agenda principal da discussão política em Portugal, o professor deu uma desassomburada entrevista ao «Transformar» em que denuncia a posição dos sindicatos...

... Mas a liderança dos sindicatos também tem de ser pedagógica e doutrinária. Não pode haver uma defesa cega de interesses imediatos apenas de estabilidade inflexível. ...

Para o professor, a intransigência sindical, acaba por ser nefasta para os trabalhadores, promovendo o desemprego e alimentando falsas esperanças. Uma entrevista a não perder...